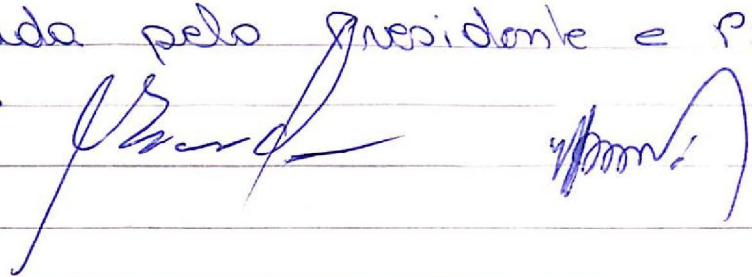


do a todos que se fizeram presentes à sessão e o Deus que ajudara na condução dos trabalhos, declarou encerrada a sessão, sendo a presente ata lavrada e se aceita. Foi lida assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário.



Ata da quarta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Sinop - Estado de Mato Grosso

No décimo sexto dia do mês de fevereiro de um mil novecentos e noventa e três, às dezesseis horas, reuniram-se os Senhores Vereadores, à sala das sessões da Câmara Municipal de Sinop, para realização da quarta Sessão Extraordinária do ano em curso. Invocando a proteção Divina deu início o Senhor Presidente, à Sessão, solicitando a leitura da ata da sessão anterior. Após a leitura, colocou-a em votação, a qual foi aprovada. Em seguida foi apresentada a matéria em pauta que originara a convocação daquela sessão, após a apresentação, pediu ao primeiro secretário da Casa que apresentasse o projeto número dois, barra, noventa e três, transferindo o projeto oito, barra, noventa e dois para o final dos trabalhos, devido o projeto ser longo e a leitura muito promissa. O presidente depois da posterior apresentação do projeto, encaminhou-o para discussão do plenário e em seguida as comissões de justiça e redação e fi-

nomear e ordenamentos, para que fossem estabe-  
 dos os pareceres a respeito. Em discussão, Jorge  
 Ribeiro, achou ser de suma importância o  
 projeto, pois iria desburocratizar a Secretaria  
 da Fazenda e a Câmara Municipal, sendo  
 contrário apenas ao artigo que trata-  
 va da prestação de contas após trinta  
 dias, pedindo que o mudassem. Salien-  
 tou que haviam alíneas que deveriam ser  
 explicadas. Dalton Martini citou suas dúvi-  
 das sobre as alíneas um e dois do se-  
 gundo artigo, pedindo que fossem esclareci-  
 dos junto ao Senhor Prefeito e os Senhores  
 Secretários, dizendo ser favorável a aprovação  
 Parechal da Cerâmica, disse que o Projeto iria  
 simplificar o setor contábil da Prefeitura,  
 dizendo que tinha dúvidas quanto ao ar-  
 tigo sétimo com relação aos trinta dias  
 para que o requerente fizesse a prestação  
 de contas, pedindo para diminuir o prazo  
 com relação as viagens para três dias. Alu-  
 zio Pereira de Barros, disse que o projeto  
 não era estranho, pois era aplicado aquele  
 Regime no Comat e que estava na Lei  
 Quatro mil, trezentos e vinte. Parabeneizou ao  
 Prefeito e seus assessores por normatizar  
 as despesas extraordinárias, ressaltando o  
 artigo segundo, inciso primeiro e segundo. Li-  
 tou ser um ato formal, praticado dentro da  
 Lei quatro mil, trezentos e vinte. Sobre o ar-  
 tigo sétimo, pediu que diminuíssem para  
 quinze dias a prestação de contas. Após,  
 foi apresentado, o Projeto de Lei número  
 quatro, barra, noventa e três. Em discuss-

não Dalton Martini, citou suas dúvidas no último artigo, pedindo para suprimir a data retroativa que vigoraria após a sua publicação. Participando, Luiziz Pereira de Barros, disse ter conhecimento de que o Executivo pretendia entrar com uma medida provisória em fevereiro para apreciação em plenário, dizendo ter sido contrário a medida provisória, e pediu devido a isso ao Executivo que enviasse um projeto para assim terem o embasamento e o aval da Câmara. Dalton Martini, citou que o Prefeito fizera um Decreto, autorizando a data de um de fevereiro, entendendo que aquele poder tinha que esperar a aprovação da Câmara. Luiziz Pereira de Barros disse que a Prefeitura não estava aplicando o decreto, informando ao Senhor Presidente, que medida provisória era caso de exceção e deixou patente que a vontade da Câmara era de elaborar. Jorge Libreu disse que o Prefeito tinha que ter o maioria para o projeto ser aprovado, perguntando ao líder do Prefeito na casa, se o projeto englobaria todas as três modalidades de asfalto. Luiziz Pereira de Barros, respondeu que sim, o projeto abrangia toda a área pavimentada e as que serão pavimentadas futuramente. Continuando Jorge Libreu, disse que via dificuldades, no projeto, sem emendas e sem o parecer, disse não ver vantagens e pediu o parecer jurídico da casa. Luiziz Pereira de Barros, disse que o projeto trazia vantagens principalmente aos contri-

157

buíntes inadimplentes, pois com o projeto  
viriam a beneficiar a sociedade. O Senhor  
Presidente pediu para a assessoria jurídica  
do caso elaborar um parecer ao projeto  
e após encaminhou-o as comissões perti-  
nentes. A seguir solicitou a leitura do pro-  
jeto cinco, barra, movimento e três, relegando-o  
posteriormente em discussão. Iluzio Pe-  
reira de Barros, mencionou que graças a  
compreensão e o bom entendimento do  
Executivo Municipal e o Poder Executivo Es-  
tadual, estavam as máquinas da OVOP  
e as máquinas da Lodermat prestando  
serviços a reletividade e aos munícipes.  
Citou que a Prefeitura não dava beni-  
fício aos outros órgãos e sim que rece-  
bia dos órgãos estaduais e federais, pedin-  
do assim a aprovação do projeto. A se-  
guir foi apresentado o pedido de dispensa  
de interstício, Jorge Libera, solicitou do Se-  
nhor Presidente que interrompessem a ses-  
são por cinco minutos para que as co-  
missões pertinentes pudessem examinar os seus  
pareceres, já com as emendas. Antes de  
interromper a Sessão, solicitou o Senhor Pre-  
sidente ao Secretário que fizesse a leitura  
do requerimento oito, barra, movimento e  
três, que pedia a dispensa do interstí-  
cio aos projetos dois, barra, movimento e  
três e cinco, barra, movimento e três, o qual  
foi acatado, sendo dispensado o interstício.  
Após foi interrompida a sessão. Conti-  
nuando em seguida com os trabalhos,  
solicitou-se a leitura do parecer das co-

missões, e as emendas aditivas um, bar-  
ra, noventa e três, e dois, barra, noventa  
e três das comissões de justiça e redação  
e Finanças e Orçamentos sendo as mesmas  
aprovadas. Jorge Tibreu citou que até que  
ficasse pronto o parecer favorável das co-  
missões deslocassem-o em votação. O que  
foi aceito pelo Senhor Presidente. Colocan-  
do em votação o parecer favorável da  
Comissão Mista, foi aprovado. Li requir  
Jorge Tibreu, pediu para ser deslocado em  
votação os projetos três e cinco, com as  
emendas. O que foi feito sendo os mesmos  
aprovados com as emendas. Após foi apre-  
sentado o projeto oito, barra, noventa e  
dois. Pedindo questão de ordem. Jorge Tibreu  
disse que o projeto já tramitara no ta-  
rso e devido a isso solicitou a dispensa  
da leitura e o mais breve possível, o  
encaminhamento a Comissão para que a  
mesma desse o seu parecer. Tinha o Se-  
nhor Presidente procedente o trabalho, pergun-  
tando quantos dias levariam para o desfe-  
cho do projeto, para que fosse convocado o novo  
Sessão extraordinária. Sendo apartiado pelo  
vereador Sebastião de Matos que solicitou o  
prazo regimental de dez dias para as co-  
missões, citando que o projeto continha  
210 artigos, pedindo ao Senhor Presidente que  
alongasse o prazo caso não desse tempo  
para as comissões fazerem suas análises.  
Solicitou o Senhor Presidente para ser avi-  
sado do prazo, pois assim não convocaria  
o Sessão Extraordinária e aguardaria o pare-

158  
J. M. L.

em. A seguir concedeu o Senhor Presidente espaço para o palauzo dos Senhores Vereadores. Iluzio Pereira de Barros, pediu o meso para aceitar o pedido feito ao projeto e que o mesmo fosse votado até o final do mês, não havendo entrave, colocando o disposição das bancadas, para referem votação. Nada mais havendo agradecendo o proteção Divina, declarou encerrado o Senhor Presidente a sessão, sendo o presente ato lido e se aceito por via assinado pelo Presidente e Primeiro-Secretário.

Ata da quinta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Sinop - Estado do Mato Grosso.

No vigésimo dia do mês de fevereiro de um mil novecentos e noventa e três, as quatorze horas reuniram-se os Senhores Vereadores, ausente somente o vereador Sérgio Palmardo, à sala das sessões da Câmara Municipal de Sinop, para realização da quinta Sessão Extraordinária do ano em curso. Invocando a proteção Divina deu início o Senhor Presidente à Sessão, solicitando que fosse lida e ata da sessão anterior, após a leitura, colocou-a em votação sendo o mesmo aprovado. A seguir, solicitou ao Primeiro-Secretário que apresentasse o matéria em pauta, que originara o convocação daquela